



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em

Saúde Coletiva

Brasil

Gomes, Romeu; Ramos de Souza, Edinilsa

A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 18, núm. 3, 2013, pp. 601-610

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63025680018>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos

The identity of civil police officers and successive mirroring studies

Romeu Gomes¹
Edinilda Ramos de Souza²

Abstract The scope of this paper was to analyze the perceptions of civil police officers regarding their professional identity, the institution they belong to and their opinion concerning the image society has of their performance. The data are derived from a survey focused on their work and health conditions, using a questionnaire, interviews and focus groups including managers, sheriffs and officers. The relative frequency and average return for answers about working conditions, professional fulfillment and life quality improvement after joining the institution were then determined. Qualitative questions were selected about the officers' opinion of how society perceives the civil police and what it is to be a police officer in the area under study using sense interpretation method analysis. The results point to a negative image that the police officers believe society has about them, which reaffirms the bad image associated with the profession. Rejecting this negative identity, they try to distinguish the differences between the civil police and the military police officers. The conclusion is that action is required to improve working conditions and develop channels of dialogue with the community and promote health campaigns.

Key words Image, Identity, Civil Police

Resumo Objetivou-se analisar as percepções de policiais civis sobre a sua identidade profissional e a instituição na qual atuam, bem como a sua opinião acerca da imagem que a sociedade tem sobre a sua atuação. Os dados provêm de uma pesquisa sobre condições de trabalho e saúde dos policiais civis da Baixada Fluminense, com questionário, entrevistas e grupos focais, envolvendo gestores, delegados e policiais das 18 delegacias da área, mais uma especializada. Neste estudo, calcularam-se as frequências relativas e médias das respostas sobre condições de trabalho, satisfação e melhoria da qualidade de vida após ingressar na instituição. Selecionaram-se questões qualitativas acerca da opinião dos profissionais sobre como a sociedade percebe a polícia civil e o que é ser policial na Baixada Fluminense, efetuando-se a análise segundo o método de interpretação de sentidos. Os resultados apontam para uma imagem negativa que os policiais julgam que a sociedade tem sobre eles, o que implica e reforça uma desvalorização da profissão. Eles recusam essa identificação negativa e procuram diferenciar o ser policial civil do ser policial militar. Não se observam especificidades quanto a ser policial na Baixada Fluminense. Conclui-se que são necessárias ações que melhorem as condições de trabalho, o diálogo com as comunidades e que promovam ações de saúde.

Palavras-chave Imagem, Identidade, Policial Civil

¹ Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Rui Barbosa 716/4º, Flamengo. 20550-011 Rio de Janeiro RJ.
romeu@iff.fiocruz.br

² Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

Introdução

Este estudo tem como foco central a identidade de policiais civis ancorado na ótica desses profissionais. Com esse enfoque, desloca-se da instância da Polícia para a do policial, partilhando-se da premissa de Bretas¹ de que a ação policial se configura a partir de significados que, em grande parte, são produzidos independentemente da estrutura organizacional. Assim, as opiniões sobre a instituição em que vivem e os sentidos atribuídos por esses trabalhadores ao seu ofício podem ser uma via de acesso para a compreensão tanto do significado de ser policial quanto do cotidiano do exercício dessa identidade profissional.

Essa compreensão fundamenta-se em três marcos conceituais: identidade, imagem e reflexividade. A identidade é entendida como uma síntese entre a identidade para si e a identidade para o outro, ocorrida no processo de socialização. Em outras palavras, leva-se em conta tanto a identidade pessoal (o que julgo ser e o que gostaria de ser), como a identificação social (como sou definido pelos outros e o que dizem que sou)². No diálogo entre esses dois polos identitários, os sujeitos podem aceitar ou recusar a identidade atribuída a eles. Ampliando essa definição, concebe-se a identidade como “o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”³. Santos⁴ observa que a identidade profissional se constitui tanto pela incorporação de modelos e valores organizacionais, quanto pelo sentimento de pertença dos indivíduos às organizações. “Este sentimento de pertença será mais reforçado quanto maior for a identidade colectiva e relacional do indivíduo, implicando a sua participação em actividades colectivas formais e informais que lhe permitem obter uma representação social de si mais favorável, face ao grupo de trabalho de referência ou, mesmo, às chefias”⁴.

O conceito de imagem se articula ao de imaginário, que consiste – junto com a representação cognitiva – uma das formas de interpretação simbólica do mundo⁵. Ele necessariamente não corresponde a aspectos da realidade. Sua estratégia consiste na “apreensão da realidade de tal maneira a criar novas relações inexistentes no real”⁵. Por meio dele, imagens são mobilizadas e evocadas. Por imagem se entende uma construção baseada nas informações obtidas pelas experiências anteriores. As imagens não são coisas concretas, mas são criações do pensamento. Tam-

bém não são passivas, uma vez que se superpõem, alternam-se e transformam-se no universo mental⁵.

O terceiro conceito refere-se à reflexividade, entendida como autoconfrontação, que faz com que haja uma constante revisão por parte das pessoas e das instituições a partir de novos conhecimentos e informações emergentes⁶. Nesse autoconfrontar-se, toda pessoa reinterpreta o que os outros interpretam sobre ela⁷. Para Giddens⁸, a “reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. Nesse sentido, o conhecimento está sempre sob dúvida, incidindo nas práticas sociais e vice-versa. Assim, a reflexividade da sociedade moderna se traduz por uma contínua geração de autoconhecimento sistemático que, de certa forma, desestabiliza a relação entre conhecimento leigo e saber especializado. A reflexividade faz com que os indivíduos realizem escolhas contínuas no sentido de compor suas identidades que ficam sempre abertas a revisões⁹.

Com base nesse referencial conceitual, pressupõe-se, assim como Gomes et al.¹⁰, que o ser policial civil se constitui a partir de sucessivos espelhamentos, envolvendo a inter-relação entre a autopercepção do policial sobre a sua identidade de profissional e a imagem da Polícia projetada por ele na sociedade.

Nessa perspectiva, objetiva-se analisar as percepções dos policiais civis sobre a sua identidade profissional e sobre a instituição na qual atuam, bem como a opinião desses profissionais acerca da imagem que a sociedade tem sobre a sua atuação.

A análise dessas identidades construídas pode, de um lado, apontar caminhos para a compreensão do papel dos policiais civis na segurança pública e, de outro, pensar em promoção de melhorias das condições de trabalho, de saúde e de qualidade de vida desses profissionais.

Material e Método

A presente análise realiza o recorte dos dados de uma pesquisa maior cujo objetivo foi investigar as condições de trabalho e saúde de policiais civis da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Tendo em vista a natureza e a complexidade do objeto, o estudo original triangulou métodos em um desenho de corte transversal, conforme Minayo e Souza¹¹ e Minayo et al.¹². A triangulação metodológica permite articular a epidemiologia e as ciências sociais e humanas, usando métodos quantitativos e qualitativos que iluminam a realidade a partir de distintos ângulos e permitem uma discussão interativa e intersubjetiva dos dados¹³.

A Baixada Fluminense se justifica como campo da investigação por apresentar alta incidência de violência letal e de criminalidade contra a pessoa. As taxas de mortalidade por homicídios em alguns de seus municípios são bem mais elevadas que a taxa média do Estado e mesmo a da Capital. Esse quadro de violência social afeta diretamente as práticas e as percepções dos profissionais da segurança pública que atuam nessa área.

De acordo com o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão oficial do Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense inclui os seguintes municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Numa breve caracterização dessa área tem-se que Nova Iguaçu possui a maior extensão (523,9/km²), e juntamente com Duque de Caxias abriga o maior número de habitantes (855.500 e 864.392, respectivamente), mas é São João de Meriti que apresenta a maior densidade populacional (13.442 hab/km). As cidades da Baixada são quase totalmente urbanas, com exceção de Seropédica, que ainda possui 20,5% de área rural.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das doze cidades era considerado médio. Nilópolis possuía o melhor IDH (0,788); Japeri apresentava o pior índice (0,724). De 1991 a 2000 todas as cidades experimentaram melhora neste índice.

Em termos educacionais, Queimados apresenta o pior índice de analfabetismo de crianças de 7 a 14 anos. No grupo das pessoas com 15 anos ou mais, o percentual de analfabetismo é maior em Japeri e em Paracambi. Nilópolis apresenta a melhor situação em relação a esses indicadores.

Dados de algumas ocorrências criminais registradas na Capital e na Baixada Fluminense, em 2008, mostram que: (1) as taxas de crimes contra a pessoa, como os homicídios dolosos e a lesão corporal dolosa, são maiores na Baixada Fluminense; (2) são mortos aproximadamente 5

vezes mais policiais na Capital do que na Baixada Fluminense; e (3) os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos), embora sejam relevantes tanto na Capital como na Baixada, apresentam taxas na Capital que são o dobro das observadas na Baixada.

Um dos indicadores que demonstra a atenção do poder público em relação à segurança de uma área é o número de policiais por habitante. O município do Rio de Janeiro conta com quase dois policiais para cada 1.000 habitantes. Na Baixada a taxa é menos da metade da observada no Rio. Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis apresentam menos de 1 policial para cada 1.000 habitantes. Por sua vez, São João de Meriti, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri situam-se num patamar intermediário, mas ainda longe do nível da Capital.

O Quadro 1 apresenta as 18 delegacias de polícia civil da Baixada Fluminense, mais a especializada de homicídios, de acordo com o município onde se situam e o seu tipo (tradicional ou legal).

Quadro 1. Delegacias de Polícia Civil da Baixada Fluminense.

Delegacia	Município	Tipo de Delegacia
48ª DP	Seropédica	Tradicional
50ª DP	Itaguaí	Legal
51ª DP	Paracambi	Tradicional
52ª DP	Nova Iguaçu	Tradicional
56ª DP	Nova Iguaçu	Legal
58º DP	Nova Iguaçu	Legal
53ª DP	Mesquita	Tradicional
54ª DP	Belford Roxo	Legal
Delegacia de Homicídios	Belford Roxo	Legal
55ª DP	Queimados	Tradicional
57ª DP	Nilópolis	Tradicional
59ª DP	Duque de Caxias	Tradicional
60ª DP	Duque de Caxias	Tradicional
61ª DP	Duque de Caxias	Legal
62ª DP	Duque de Caxias	Legal
63ª DP	Japeri	Legal
64ª DP	São João de Meriti	Tradicional
65ª DP	Magé	Tradicional
66ª DP	Magé	Legal

Na abordagem quantitativa foi aplicado um questionário anônimo – pré-testado e aplicado em outros estudos^{11,14} – ao contingente de 514 policiais civis de todas as 18 delegacias de polícia, das quais 10 são legais (Quadro 1), e de uma delegacia especializada da área pesquisada, abordando seu perfil socioeconômico, suas condições de trabalho e de saúde. Desses, foram obtidas respostas de 222 agentes (43,2%) e os demais não devolveram o questionário ou o entregaram em branco.

Neste trabalho, foram consideradas as questões sobre: perfil sociodemográfico, satisfação profissional; condições de trabalho e qualidade de vida após ingressar na corporação, analisando-as de forma descritiva, por meio de frequências relativas e médias.

Em termos qualitativos foram feitas sete entrevistas semiestruturadas com gestores e delegados, representantes de unidades tradicionais e delegacia legal. Também foram realizados sete grupos focais, envolvendo 49 policiais, seguindo os mesmos critérios das entrevistas com os delegados. Os encontros ocorreram nas próprias delegacias e duraram cerca de 1½ hora, cada. Todas as entrevistas e grupos focais foram gravados e posteriormente transcritos.

Neste estudo foram focalizadas as seguintes questões das entrevistas e dos grupos focais: (a) opinião dos policiais acerca da imagem que a sociedade tem sobre a sua atuação e (b) o que é ser policial na Baixada Fluminense. Os sujeitos entrevistados são identificados pelos códigos (Entrevista 1, 2...) e os participantes dos grupos focais por Grupo 1, 2...

O tratamento analítico dessas opiniões seguiu princípios do Método de Interpretação de Sentidos¹⁵. Tais princípios se ancoram numa perspectiva hermenêutica-dialética, que focalizam a interpretação do contexto, das razões e das lógicas das falas, das ações, do conjunto de interrelações, conjunturas, dentre outros corpos analíticos. Na trajetória analítico-interpretativa, foram percorridos os seguintes passos: (i) leitura compreensiva dos textos transcritos gerados pelas entrevistas e pelos grupos focais; (ii) identificação de trechos em que os sujeitos discorriam sobre a imagem que a sociedade tem sobre a sua atuação e sobre o que é ser policial na Baixada Fluminense; (iii) identificação de sentidos atribuídos por eles ao ser policial e à imagem social da polícia; (iv) diálogo entre os sentidos atribuídos problematizados, os marcos conceituais do estudo e as informações provenientes de outros estudos acerca do assunto; e (v) elaboração de síntese interpretativa, procurando articular ob-

jetivo do estudo, base teórica adotada e dados empíricos.

A triangulação de métodos realizada buscou dialogar os resultados das questões qualitativas analisadas com os achados encontrados em perguntas similares no questionário, a fim de verificar a existência ou não de reforço e de contradição entre os resultados. Nesse sentido, pretendeu-se ter uma complementaridade de abordagens distintas.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Em termos sociodemográficos, o perfil dos participantes da pesquisa original pode ser brevemente descrito a partir dos seguintes dados: (i) a grande maioria (90,1%) é do sexo masculino; (ii) predominam policiais com 46 ou mais anos de idade (56,1%); (iii) a cor branca (59,3%) e a preta e parda (40,2%) são mais frequentes; (iv) há predomínio do nível superior ou pós-graduação (66,5%) e (v) os participantes são principalmente casados/as ou têm companheiro/a (78,2%).

Quanto aos dados profissionais, preponderam no perfil dos participantes os seguintes aspectos: (i) ocupam o cargo de detetive-inspetor (75%); (ii) trabalham há 21 anos ou mais na polícia (46,5%) e (iii) têm renda líquida mensal de R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00 (51,6%), o que corresponde a três a cinco salários mínimos, em 2010.

Em geral, tanto na visão dos delegados quanto na dos policiais entrevistados, a sociedade atribui um sentido negativo à Polícia Civil.

A sociedade vê o policial muito mal, a sociedade não vê o policial bem (Entrevista 1).

As mães [dizem para] as crianças (...) ‘vou chamar o guarda, ele vai te prender! Já cria a criança de uma forma que o policial seja o mal! (Entrevista 2).

A sociedade tem uma visão negativa da polícia (Entrevista 5).

Ninguém gosta da polícia! (Grupo 2).

Pesquisa realizada com policiais civis da capital do Estado do Rio de Janeiro¹⁰ também destaca a percepção por parte dos sujeitos de que o ajuizamento da sociedade sobre o trabalho policial é negativo e preconceituoso. Segundo essa pesquisa, esse ajuizamento não pode ser visto apenas como uma criação maldosa do imaginário, uma vez que ele “se alimenta também de fatos reais incorporados pela experiência e repercutidos pelos meios de comunicação, produzindo uma eficácia simbólica”¹⁰.

Em estudo realizado com policiais civis¹⁶ também se observou que esses sujeitos sentem-se injustiçados “por serem foco das atenções quando alguns deles cometem crimes e todos são julgados, mas ninguém se lembra deles quando acertam, quando prendem criminosos”¹⁶.

Para os policiais, a forma negativa como a sociedade os percebe é tributada em grande parte à mídia, que tanto pode fabricar uma imagem como pode ser o reflexo da existência de más condutas.

A mídia quando apresenta um problema, ela apresenta o problema do policial que errou, ela não apresenta o problema do policial que acertou (Entrevista 2).

O povo [não gosta da polícia por causa da] mídia (...) A mídia é formadora de opinião! (Grupo 2).

[A sociedade] vê [a polícia] como corrupta, miliciana. Infelizmente é essa a visão que a mídia ajudou e muito a formar. E alguns policiais contribuíram (Entrevista 3).

A pesquisa com policiais civis da Capital do Rio de Janeiro já citada¹⁰ também concluiu que a rejeição social ao trabalho policial é creditada à veiculação que a mídia promove acerca desse trabalho.

Estudo realizado com um amplo conjunto de matérias jornalísticas, de certa forma, reforça a percepção dos policiais entrevistados, ao constatar uma tendência dos jornais destacarem mais os aspectos negativos atribuídos aos policiais e às corporações do que os positivos, influencian- do na criação de estereótipos acerca desses profissionais¹⁷. Essa imagem negativa, percebida como algo construído, corrobora as ideias de Giddens⁶ acerca do papel dos meios de comunicação. Segundo ele, na modernidade, esses meios não espelham a realidade, mas a formam. Entretanto, adverte que isso não significa que haja uma hiper-realidade onde tudo se reduz a signos e imagens.

O sentido negativo também se explica pela própria natureza do ofício exercido pelos policiais, seja no presente ou no passado.

A própria atividade policial é uma atividade de prender, quem prende não pode ser querido, ainda mais numa sociedade (...) que é doente (...) em que os valores são invertidos (Entrevista 1).

O não gostar [da polícia] também é pela posição, pela repressão [que ela pratica] (Grupo 2).

A sociedade tinha um certo preconceito com o policial, eu acho que até mesmo de origem, [por causa da] polícia ter sido usada na ditadura como órgão repressor. [Entrevista 3]

Segundo os policiais, o sentido negativo atribuído à polícia nem sempre se sustenta na sociedade. Em parte porque muitas vezes ela assume um sentido utilitário; outras vezes, as pessoas se surpreendem com a eficiência por parte de alguns policiais.

[A sociedade] quando precisa, procura; quando não precisa, critica (Entrevista 2).

A polícia pra mim, uma delegacia de polícia, uma instituição policial, é o pronto socorro da sociedade, porque quando eles estão na hora do desespero, eles não vão na porta do Juiz, na porta do deputado, eles vêm na delegacia de polícia, e eles têm que encontrar o policial, têm que encontrar pronto pra atender, pra servir, e vão encontrar, tendo recurso ou não a gente se vira entendeu? (Grupo 2).

O fato de eu ter ido ao local, ouvir testemunha, regimentar a testemunha no local do crime, preservar o local do crime, ter feito o que a polícia tem que fazer, causou um espanto assombroso, é como se pra maior parte da população isso fosse assim uma surpresa daquelas! (Entrevista 1).

A opinião de que no passado essa imagem foi mais negativa é recorrente entre os entrevistados. A melhor formação dos policiais, a maior aproximação da Polícia junto à população e a criação da Delegacia Legal foram os principais motivos apontados para essa mudança. Apenas um entrevistado considerou que atualmente a instituição é percebida de uma forma pior do que no passado.

Em termos de identidade, policiais civis procuraram se diferenciar da Polícia Militar, ainda que achem que essa diferença nem sempre seja percebida no âmbito da sociedade.

[A sociedade] não sabe a diferença entre polícia civil e militar (Entrevista 4).

A maioria (...) da sociedade não sabe o que é polícia militar, o que é polícia civil (...) 90% não sabe o que é Policia Civil, o que é Policia Militar, e o que cada um faz! (Entrevista 5).

A polícia militar existe para que o crime não aconteça, ela tem que estar ostensivamente na rua para o bandido olhar e dizer: “Eu não vou roubar”. A partir do momento que o roubo acontece a polícia civil tem que investigar. Ou seja, grosso modo, a polícia militar tem que agir antes do crime e a polícia civil depois (Entrevista 4).

Esses depoimentos levam a crer que a imagem que os policiais civis têm de sua identidade profissional se constitui reflexivamente a partir da imagem que têm da polícia militar. Essas imagens, em geral, se diferenciam, sem – no entanto – descartar a possibilidade de haver uma

superposição entre elas. Estudo realizado com policiais civis da Capital do Estado do Rio de Janeiro¹¹ aponta certa ambiguidade entre essas imagens, uma vez que os policiais civis – ainda que se diferenciem dos militares – reivindicam o exercício de certas funções típicas dos militares, como o confronto e o uso de uniformes e de alguns equipamentos.

Por acreditarem que a sociedade percebe o trabalho policial de uma forma negativa, tanto os delegados quanto os policiais declararam que esse trabalho não é reconhecido pela população em geral. Mas, alguns desses entrevistados, são da opinião que também o Governo e a própria instituição não lhes dão o devido valor. Segundo eles, o pouco investimento nas condições de trabalho, os baixos salários e a falta de programas voltados especificamente para eles são os reflexos desse não reconhecimento.

O fato de os entrevistados perceberem que o seu trabalho não é reconhecido talvez possa explicar as notas baixas dadas pelo conjunto de policiais que respondeu ao questionário no que se refere à satisfação relacionada ao seu trabalho (Gráfico 1). Identificou-se um baixo nível de satisfação nas questões avaliadas. A responsabilidade assumida nas suas atividades é o item com maior grau de satisfação, mas estão insatisfeitos com o reconhecimento do seu mérito por parte da Corporação, as perspectivas de promoção e o salário que recebem.

A percepção do pouco reconhecimento do trabalho policial pode comprometer a imagem desses profissionais acerca de seu trabalho, o que pode ser decisivo na estruturação da identidade

profissional, trazendo influências tanto na forma de perceber os acontecimentos e as pessoas, como no plano dos comportamentos e nas vivências dos indivíduos¹⁸.

As baixas notas médias atribuídas pelos policiais a aspectos institucionais podem revelar que esses profissionais almejam que a Polícia Civil promova um maior investimento para que eles melhor exerçam seus papéis. Dentro desse raciocínio, observa-se que o apoio psicológico tanto pode promover maior integração entre policiais e autodesenvolvimento, como também uma “construção simbólica de uma instituição organizada, forte e socialmente relevante”¹⁹.

Em relação à comparação entre ser policial na Baixada Fluminense e ser policial na Capital, de início, observam-se semelhanças e diferenças, tanto entre delegados como entre policiais. As semelhanças são percebidas principalmente no que se refere ao trabalho policial em si.

Não vejo diferença, pra mim tanto faz eu trabalhar na Zona Sul [da Capital] como trabalhar aqui (Entrevista 2).

O trabalho é o mesmo, o policial é policial do Estado. E todo mundo generaliza mesmo, até polícia militar e civil, ainda mais entre os civis. É tudo Polícia (...). É a mesma lógica administrativa (Entrevista 4).

O risco é o mesmo! (Grupo 2).

Em relação ao policial nós somos tanto quanto. Tanto eles podem vir para cá como a gente ir para lá (...) Nossa atribuição não é limitada. Eu posso sair daqui e prender o cara lá em Copacabana, Ipanema. Eu sou policial em qualquer lugar. (Grupo 4).

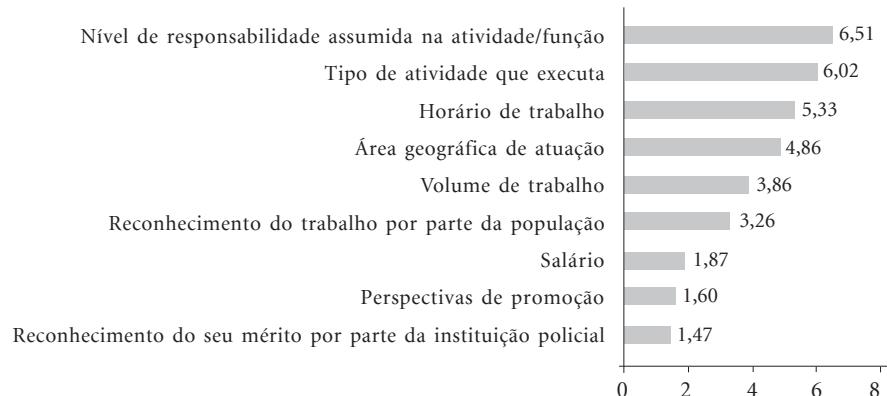


Gráfico 1. Notas médias dos policiais civis da Baixada Fluminense para o grau de satisfação em relação a questões do trabalho.

Em contrapartida, no que se refere a crimes enfrentados pelos policiais, as diferenças se destacam, principalmente em função da configuração da criminalidade local e dos grupos nela envolvidos.

É o risco das favelas [na Capital]. Aqui com duas viaturas a gente entra em qualquer lugar aí. Em qualquer lugar. No Rio [Capital] com quatro ou dez não entra (Grupo 4).

Aqui se mata muito mais futilmente do que na Capital! Lá é mais assalto! Aqui é muito extermínio mesmo! Lá se você tiver um desacordo financeiro, tu entras na justiça contra o cara, aqui, ele mata! Na Capital é milícia, na Baixada é grupo de extermínio! (Grupo 5).

Apesar da grande atenção suscitada pela violência na Capital tanto por parte da mídia quanto do poder público, a Baixada Fluminense apresenta uma incidência de crimes mais preocupante, principalmente de homicídios, cuja taxa é cerca de 21% superior às taxas tanto do município do Rio quanto do conjunto do estado, segundo dados do DATASUS para 2008.

Ainda em termos de diferenças, na opinião de um grupo de policiais, em bairros da Capital, a população exige mais os seus direitos, enquanto na Baixada os policiais fazem valer mais a sua autoridade, demonstrando uma atuação policial diferenciada.

[Na Capital,] Zona Sul, Centro, é uma sociedade que tem mais consciência dos seus direitos, exige mais (...) o povo mais pra Baixada, é um povo mais humilde, eles cobram menos isso, já é mais fácil de você se relacionar em termos de se impor autoridade (Grupo 1).

No que tange à comunidade, as percepções se concentram nas diferenças, principalmente entre os delegados.

Na Baixada é muito melhor (...). Você é julgado pela sua pessoa (...) no Rio [Capital] você é mais um e se sai uma notícia ruim no jornal todo mundo te olha de lado. Julgam a classe policial. Você sobe no seu prédio ou seu vizinho te olha atravessado. Aqui não, como conhecem o policial, eles já sabem que aquilo é um caso isolado e que aquele policial não é daquele jeito. Tem um respeito (Entrevista 3).

Na Zona Sul [da Capital] a gente ainda pode ter um diálogo (...) já aqui é mais difícil o diálogo porque o pessoal daqui é imprensado também pelo tráfico, pela marginalidade, aí fica difícil uma conversa mais aberta (Entrevista 2).

A polícia aqui é mais respeitada, tem uma maior facilidade de trabalhar, na Capital já não acontece muito isso (Entrevista 5).

A população aqui respeita mais a polícia (Grupo 4).

Aqui você pode andar de madrugada que você não corre risco de assalto. Não é uma situação tão estressante como vivem os colegas do Rio (Grupo 6).

Os dados quantitativos talvez possam explicar a percepção de que as relações com a comunidade são próximas, uma vez que 80% dos policiais informam que exercem a atividade policial na mesma comunidade em que residem. Essa informação é reforçada pelo fato de grande parte dos policiais pesquisados trabalhar há mais de 20 anos na Baixada.

Um delegado destaca que a diferença não é tanto entre Capital e Baixada, mas sim entre características de bairros.

Certos bairros (...) se têm característica provinciana, vai ser a mesma coisa aqui ou lá! (Entrevista 1).

Junto à percepção de que o exercício profissional torna-se mais fácil na Baixada Fluminense do que na Capital, destacam-se opiniões que apontam a existência de piores condições de trabalho na Baixada, que contribuem para a pouca eficiência do ofício policial.

O governo sempre olhou para aquelas delegacias que estão próximas às áreas mais nobres [da Capital], é histórico. Então, a Baixada fica a desejar (Entrevista 3).

Lá [na Capital] eles [policiais] recebem uma viatura nova e a gente não recebe (...). O fato é que a instituição é que não dá a mesma assistência para a gente, como dá assistência ao policial que está lá (Grupo 4).

Lá tem quatro caras no plantão, delegado para tudo quanto é lado, em cada esquina tem um PM. Então lá tudo funciona. (...) Aqui não, que se dane! Se o cara vai ficar quatro ou cinco horas para fazer um registro de um furto de um celular, problema é da população (...). O governo se lixa! (Grupo 5).

Têm esses problemas que você está vendo aí: armário quebrado, mesa quebrada... Outro problema de saúde: se eu mostrar um arquivo morto que tem lá em baixo onde ficam os documentos, ali eu estou me arriscando a pegar uma leptospirose. Tem negócio lá de cinco, seis anos. Tem fezes de rato, barata,... Você está arriscado a pegar uma doença. O lugar aonde o plantão dorme, nossa senhora! (Grupo 6).

Um delegado observa que em termos de viaturas o cenário vem mudando.

[Está mudando] porque recentemente as delegacias aqui receberam viaturas novas, que antes isso era impensável porque era excluída, ou o que

sobrava na Capital (...) era remetido pra cá. Agora não, são viaturas novas (Entrevista 5).

As melhores condições de trabalho de uma Delegacia Legal em relação às das delegacias tradicionais também são destacadas, independente de ser na Capital ou na Baixada.

Há a preocupação de complementar o Projeto Delegacia Legal aqui na Baixada, como foi criada recentemente na Capital. Então eu acho que tem mudado esse enfoque de tratamento dado à Baixada Fluminense (Entrevista 5).

Eu acho que uma Delegacia Legal aqui seria ótima. O ambiente é mais agradável, o material é novo. É diferente, tem computadores. Não dá para acreditar que se tenham ainda máquinas de escrever para se fazer os registros (Grupo 6).

As opiniões acerca das condições de trabalho presentes nas entrevistas e nos grupos focais podem ganhar uma maior visibilidade se comparadas às respostas do questionário da pesquisa. Quase metade dos policiais que responderam a esse questionário informou que as condições pioraram ao longo do tempo. O percentual dos que responderam que houve uma melhora foi de 24,9%. Esses dados também revelam que a percepção acerca das condições de trabalho se diferencia por município. Dois exemplos se destacam: em Magé, 72,2% relatam piora das condições de trabalho, enquanto em Itaguaí 80% informam melhora nessas condições.

Mesmo afirmando a piora das condições de trabalho ao longo do tempo, 52,1% dos policiais escolheriam a mesma carreira se pudessem fazer nova escolha, mas com condições de trabalho melhores. Apenas 21,1% deles escolheriam outra carreira completamente diferente, valor que aponta um grupo insatisfeito com a profissão.

Essa opção pela profissão é reafirmada em outra questão e, em parte explicada, pelo fato da maioria (57,9%) dos agentes da Baixada Fluminense ter a visão de que sua vida melhorou após seu ingresso na Polícia. Em Itaguaí, Queimados e São João de Meriti aproximadamente 80,0% dos participantes concordam que as condições de vida melhoraram após o ingresso na Polícia Civil. Metade dos policiais de Seropédica acredita que a vida piorou ou continua igual, enquanto em Mesquita foi encontrada a percepção mais pessimista – com 50,0% considerando que sua vida piorou.

Ao se comparar as opiniões dos policiais civis da Baixada Fluminense com as dos que atuam na Capital do Estado, estudadas por Gomes et al.¹⁰, algumas analogias se destacam, dentre elas: (i) a imagem social sobre o trabalho policial é

percebida como negativa e preconceituosa; (ii) por conta ou não dessa imagem, percebe-se um não reconhecimento desse trabalho por parte da sociedade e, para alguns sujeitos dos dois estudos, também por parte da própria corporação; (iii) a formação dessa imagem é principalmente tributada à mídia, mas também não se descarta a possibilidade de a própria conduta policial contribuir para que isso ocorra.

Por outro lado, se forem consideradas as especificidades dos espaços, algumas diferenças do trabalho policial são percebidas nos dois estudos. Entretanto, não necessariamente se trata de diferenciações entre Baixada e Capital, mas na existência de bairros com maiores problemas do que outros em ambas as áreas geográficas.

Considerações Finais

Com base nos achados do estudo, pode-se considerar que a imagem negativa que os policiais julgam que a sociedade tem sobre eles – que não se restringe apenas aos agentes da Baixada Fluminense – implica e reforça uma desvalorização da sua profissão, que é por eles percebida tanto na esfera social quanto na instância da própria instituição policial.

Num segundo momento, observa-se que, em geral, os policiais recusam essa identificação negativa que consideram que a sociedade tem, procurando outra forma de definir como é o ser policial civil, que se diferencia enquanto polícia investigativa da polícia militar de caráter preventivo e de proteção.

Neste estudo não se observam especificidades quanto a ser policial na Baixada Fluminense. Considerando-se o processo de trabalho, tanto nessa área como na Capital e no Interior do Estado do Rio de Janeiro, os achados deste e de outros estudos apontam para os mesmos papéis e funções, independente da área de atuação. O que se distingue é o cenário em que esses papéis e funções são exercidos. Nesse sentido, a Baixada Fluminense, comparada à Capital, se diferencia tanto em termos de piores condições de trabalho como em relação à natureza e à intensidade da sua criminalidade.

A constituição de uma imagem negativa pode levar a uma baixa autoestima dos policiais civis, interferindo nas condições de saúde (na ausência de autocuidado como falta de atividade física, consumo de alimentos ricos em gordura e açúcar, pouca procura por cuidados de saúde) e no desempenho profissional (estresse e sofrimento

mental, exposição a riscos, consumo de substâncias, dentre outros), conforme relatado em estudo sobre o assunto¹¹.

Ampliando a reflexão, observa-se que, na relação entre a identidade atribuída e a identidade aceita (ou recusada), se faz um processo de negociação identitária. Esse processo envolve não só os indivíduos, mas também a instituição que deve promover sucessivos confrontos entre a sua imagem objetivo e a ações realizadas por seus integrantes. Envolve ainda, dentre outros aspectos, centrar o foco na qualidade das relações entre profissionais, instituição e comunidade. Esse foco, por sua vez, deve buscar tanto a redefinição de critérios quanto a promoção de condições necessárias para a produção de novas identidades.

Do ponto de vista institucional, é preciso atentar para estas questões, não só no âmbito indivi-

dual, mas também coletivo, e criar estratégias de reestruturação e reorganização da corporação visando à valorização da pessoa do policial, por meio de melhores salários, do reconhecimento do mérito àqueles que se destacam pelo bom desempenho profissional, e de escuta e apoio às demandas de ordem material e emocional, sobretudo das outras áreas do Estado do Rio de Janeiro que não a Capital.

Em síntese, os resultados do estudo demandam ações que se inserem, pelo menos, em três instâncias: investimentos institucionais para a melhoria das condições de trabalho; diálogo com as comunidades visando à negociação de imagens sobre o ser policial e promoção de ações de saúde voltadas para que esse profissional possa lidar com possíveis comprometimentos da saúde por conta das especificidades do seu trabalho.

Colaboradores

R Gomes e ER Souza participaram igualmente de todas as etapas de elaboração do artigo.

Referências

1. Bretas ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social* 1997; 9(1):79-94.
2. Dubar C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.* 1998; 19(62):13-30.
3. Dubar C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
4. Santos C. A construção social do conceito de identidade profissional. *Interações* [periódico na Internet]. 2005 [acessado 2012 jan 30]; 8:[123-144]. Disponível em: <http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/viewFile/145/149>.
5. Trindade L, Laplantine F. *O que é imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense; 1997. (Coleção Primeiros Passos).
6. Giddens A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2002.
7. Weber M. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Weber M. *Metodologia das Ciências Sociais*. V. 2. São Paulo: Cortez; 1992. p. 399-429.
8. Giddens A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp; 1991.
9. Giddens A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2003.
10. Gomes R, Souza ER, Minayo MCS. *Imagem do policial civil: um jogo de espelhos*. In: Minayo MCS, Souza ER, organizadores. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond; 2003. p.163-186.
11. Minayo MCS, Souza ER, organizadores. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond; 2003.
12. Minayo MCS, Souza ER, Constantino P, organizadores. *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Abrasco; 2008.
13. Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadoras. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
14. Constantino P. *Riscos Vividos e Percebidos por Policiais Civis: Estudo Comparativo dos Municípios do Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes* [tese]. Rio de Janeiro: ENSP, Fiocruz; 2006.
15. Gomes R, Souza ER, Minayo MCS, Silva CFR. Processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadoras. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 185-221.
16. Anchieta VCC, Galinkin AL. Policiais civis: representando a violência. *Psicologia & Sociedade* 2005; 17(1):17-28.
17. Njaine K, Assis SG, Oliveira QBM, Ribeiro FML, Oliveira RVC. A imagem do policial na mídia escrita: estudo comparativo de quatro capitais brasileiras. *Coleção Segurança com Cidadania* 2009; 2(1):207.
18. Andrade ER, Sousa ER, Minayo MCS. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Cien Saude Colet* 2009; 14(1):275-285.
19. Brito AS, Souza L. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Sociologias* 2004; 6(12):304-327.

Artigo apresentado em 20/11/2011

Aprovado em 01/02/2012

Versão final apresentada em 08/02/2012